

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: O modelo do setor elétrico	2
Título: Consumo de energia volta a nível pré-crise, mas indústria patina.....	4
Título: Destaques	7
Título: Curtas	7
Título: Múltis vão discutir medidas para evitar tragédias ambientais	7
Título: Glencore compromete-se a limitar produção de carvão.....	9
Título: WEG espera manter ritmo de crescimento em 2019	13
Título: Curtas	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: No show	14
Título: Estados querem trocar pré-sal por Previdência	15
Título: Vale pagará auxílio a todos os moradores de Brumadinho	16
Título: Recuperação dos lucros é condição para investir.....	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Lama radioativa.....	18
Título: OAS fez braço na Áustria para escoar propina ao MDB, dizem delatores.....	20
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Nas instalações da Vale, corpos ainda esperam resgate na lama	22
Título: Mineradora e MP fecham acordo para pagamento emergencial a vítimas	25
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	25
Título: 125 moradores retirados de casa	25
Título: Amazon aposta em carros elétricos.....	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/02/2019****Seção: Opinião****Autor: Pietro Erber****Título: O modelo do setor elétrico**

O setor elétrico brasileiro enfrenta uma crise grave e complexa. Tal qual no início dos anos 1990, observa-se perda de remuneração em muitas empresas, contestação de cobranças pelo suprimento de energia e investimento insuficiente para fazer frente ao crescimento da demanda. A melhoria do contexto econômico e um novo modelo setorial deverão encaminhar soluções satisfatórias para esses problemas, bem como incorporar a flexibilidade necessária às inovações e exigências que se prenunciam.

A demanda de energia elétrica, mesmo contida pela baixa atividade econômica, sobretudo industrial, tem sido atendida com frequente e intenso uso de geração termelétrica de custo elevado. Dívidas bilionárias judicializadas por desacordo quanto às responsabilidades de diversos agentes e aos procedimentos operacionais que os afetam financeiramente tornam o setor disfuncional.

O atual modelo do setor elétrico foi concebido inicialmente há mais de vinte anos, com três objetivos principais: assegurar o suprimento do mercado, atender ao preceito constitucional que condiciona a concessão de bens e serviços públicos à sua licitação e promover a competição dos agentes, para propiciar a redução dos preços do suprimento. Neste sentido e para incentivar o investimento privado, foram adotados critérios apropriados a países onde predomina a geração termelétrica, onde a operação de uma usina não afeta a de outras e a disponibilidade de da energia primária, no caso o combustível, é, em boa medida, controlável. Além desses aspectos, excessiva ingerência governamental na operação do sistema acarreta custos adicionais e impede que os objetivos fundamentais dos serviços do setor elétrico - eficiência, competitividade e sustentabilidade - sejam plenamente alcançados.

Vários elementos que hoje caracterizam o setor elétrico e afetam geradores e consumidores, carecem de revisão. Talvez o principal seja o chamado GSF, que constitui um redutor da "geração garantida" das usinas hidrelétricas, obrigando-as a comprar no mercado de curto prazo a energia que deixem de gerar, devido não só a situações hidrológicamente desfavoráveis como também à imposição de geração termelétrica adicional, fora da ordem de mérito, para aumentar a

segurança do suprimento, ou à falta de capacidade de transmissão ou ainda à redução da geração hidrelétrica para permitir que a energia gerada a partir de fontes intermitentes, cujo custo marginal é nulo, seja absorvida pelo sistema interligado. Dívidas decorrentes da aplicação do GSF tem sido motivo de contestação, vindo a constituir grave desestímulo a novos investimentos na geração e causa de aumento da remuneração exigida para fazer face a esse risco, pois os concessionários de usinas hidrelétricas não têm controle sobre a afluência a seus reservatórios e sua operação. Esta questão carece de novo tratamento, que reflita o caráter sistêmico do suprimento e aloque o custo do risco hidrológico a quem possa minimamente controlá-lo ou à totalidade dos consumidores.

Novo modelo deve considerar que consumidores, livres e cativos, são atendidos pelo sistema interligado

No plano comercial, o modelo atual baseia sua operação em contratos entre empresas geradoras e distribuidoras, além dos consumidores livres. Entretanto, fisicamente quase todos os consumidores são atendidos pelo sistema interligado. É graças à operação coordenada desse sistema que os custos do suprimento são reduzidos graças aos ganhos de sinergia entre seus componentes - usinas de várias naturezas, reservatórios e linhas de transmissão. O relevante benefício proporcionado pela coordenação da operação do sistema interligado é um ganho sistêmico e como tal deveria ser tratado. Consequentemente, a remuneração de uma usina hidrelétrica não deveria ser pela energia contratada e produzida (pela própria ou por outra usina hidrelétrica que participe do MRE, ou ainda por uma térmica), mas mediante um critério que proporcione maior estabilidade, que não dependa da sua operação e sim de sua disponibilidade.

Com o aumento da participação da geração termelétrica associada às condições hidrológicas, a variabilidade do seu impacto nas tarifas de consumo precisa ser atenuada, por prejudicar a tomada de decisão de muitos consumidores. Portanto, as "bandeiras tarifárias", instrumento criado recentemente para prover necessária antecipação de receita às distribuidoras em períodos em que os custos de geração termelétrica aumentam significativamente, deixam a desejar. Apresentado como "sinal de preço" (mais propriamente "sinal de custo") este instrumento não tem gerado receita suficiente em períodos de maior geração termelétrica, obrigando as distribuidoras a bancarem as diferenças até nova revisão tarifária. Por outro lado, aos consumidores interessa mais contar com tarifas estáveis e previsíveis do que conhecer os custos incorridos em seu suprimento. Quanto a estimular aumento de eficiência dos consumidores, faz pouco sentido aplicar um estímulo eventual, como se em momentos de abundância a eficiência fosse menos necessária.

Com a expansão do mercado livre, que já representa cerca de 30% do total, em breve será inviável cobrir os custos de combustível com base nas "bandeiras tarifárias" aplicadas apenas aos consumidores cativos. Num novo modelo a diferenciação de responsabilidades dos consumidores, livres e cativos, precisa considerar que ambos são atendidos pelo mesmo sistema interligado.

Esses temas, dentre os muitos outros a serem tratados no novo modelo do setor elétrico, como a inserção da geração intermitente no sistema interligado, a geração distribuída, os compromissos ambientais e a rápida evolução tecnológica já destacam a vital importância de uma articulação entre planejamento, operação e comercialização, aderente à natureza do setor, e exigem uma concepção mais ampla do que a do modelo que se encontra em discussão no Congresso Nacional.

Pietro Erber é diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética- INEE

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/02/2019

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Consumo de energia volta a nível pré-crise, mas indústria patina

O consumo de energia elétrica do Brasil voltou ao patamar pré-crise econômica. Apesar da aparente boa notícia, o perfil desse consumo mudou e indica que a economia brasileira ainda não se recuperou da recessão sofrida principalmente em 2015 e 2016.

De acordo com dados preliminares da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica do Brasil em 2018 foi de 472,2 gigawatts-hora (GWh), volume ligeiramente inferior (-0,5%) em relação ao número apurado em 2014, antes da crise. Na comparação com 2017, o consumo de energia no ano passado cresceu 1,1%.

Considerando apenas o setor industrial, importante indicador da atividade econômica do país, o consumo de energia em 2018, de 169,5 mil GWh, apesar de 1,3% superior em relação ao do ano anterior, ainda está 8% abaixo do pico registrado em 2013. O desempenho da indústria em 2018 está ligeiramente superior ao registrado em 2009, indicando que, na média, o consumo de energia da categoria patinou nos últimos dez anos.

Segundo o presidente da EPE, Thiago Barral, o consumo de energia das classes industrial e comercial, em 2018, foram 5% e 1%, respectivamente, inferiores na comparação com 2014, no período pré-crise econômica. "Os indicadores de produção física e de volume de vendas do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística] das atividades econômicas relacionadas a essas classes entre 2014 e 2018 ajudam na compreensão da retração verificada, tendo-se em conta a contração da produção industrial e os fracos desempenhos das atividades ligadas ao comércio e serviços", explicou o executivo.

Segundo ele, as quedas do consumo nos setores industrial e comercial foram compensadas pelo crescimento do consumo no segmento residencial. Além da influência de indicadores econômicos e demográficos, o consumo residencial foi influenciado por fatores como temperaturas mais elevadas. Também contam a favor o aumento do número de unidades consumidoras, a partir da expansão da rede de distribuição, e o crescimento do consumo específico de cada unidade, devido ao aumento do estoque e do uso de aparelhos eletrodomésticos, como ar-condicionado e chuveiros elétricos.

"Vale destacar que, embora não tenha registrado queda, o consumo residencial de eletricidade entre 2014 e 2018 cresceu a taxas inferiores à média observada em anos anteriores à crise", ressaltou o presidente da EPE.

A análise do executivo é compartilhada pelo coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro. Segundo ele, o consumo do segmento industrial é muito atrelado à produção, que de fato ainda não se recuperou. Por outro lado, o segmento residencial é muito mais suscetível ao efeito da temperatura, devido ao uso intensivo de aparelhos de ar-condicionado.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, é natural que a indústria tenha sentido efeitos maiores devido à recessão. Entre 2017 e 2018, porém, ele destacou que o consumo da indústria cresceu acima da média do país.

"Com a expectativa de retomada de crescimento, esperamos que isso abra uma perspectiva positiva para a indústria, levando em conta a capacidade ociosa que pode ser retomada de forma mais acelerada. Mas o custo da energia elétrica não ajuda no aumento da competitividade da nossa indústria, muito pelo contrário. A principal causa disso é o peso totalmente descabido de tributos e encargos que são cobrados na conta de luz", completou o especialista.

De acordo com a EPE, os segmentos industriais que apresentaram o maior crescimento de consumo em 2018, ante 2017, foram os químicos (6,7%), de extração de minerais metálicos (2,9%), de produtos minerais não metálicos (2,6%), de papel e celulose (1,8%) e alimentício (1,2%). Na outra ponta, os piores desempenhos foram os dos segmentos têxtil (-6,1%), de produção metal, exceto máquinas e equipamentos (-5,4%), metalúrgico (-5,1%), automotivo (-2,5%) e de borracha e material plástico (-1,7%).

A EPE ainda não divulgou os dados do consumo de energia do país em janeiro. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), porém, já publicou o boletim da carga (consumo mais perdas) de energia referente ao primeiro mês do ano. De acordo com o documento, a carga no Sistema Interligado Nacional (SIN) em janeiro somou 73.090 megawatts (MW), com crescimento de 6,6% ante igual mês do ano passado.

O boletim não traz detalhes do consumo por categoria, mas o ONS destacou, no documento, que o ritmo da produção industrial, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), continuou lento. O salto expressivo do consumo em janeiro foi motivado principalmente pela ocorrência de temperaturas "extremamente elevadas", que resultaram no aumento da carga de refrigeração.

Em outro levantamento sobre o consumo de energia em janeiro, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) observou um crescimento de 6,5% do consumo de energia (67.705 MW médios) ante o primeiro mês de 2018.

Considerando apenas o mercado livre, segmento que concentra boa parte das indústrias e empresas do setor de comércio e serviços, o consumo em janeiro deste ano somou 19.282 MW médios, com alta de 4,5% em relação a igual período do ano passado.

Excluindo, porém, o impacto da migração de consumidores do mercado regulado (das distribuidoras) para o livre, o crescimento do consumo no ambiente livre foi de apenas 1,4%, na mesma comparação.

De acordo com a CCEE, os segmentos que apresentaram maior crescimento de consumo em janeiro deste ano, desconsiderando o efeito da migração para o mercado livre, foram os de bebidas (9%), transporte (8,2%) e serviços (5,5%). O ramo com pior desempenho, na mesma comparação, foram o de metalurgia e produtos de metal (-3,2%), veículos (-2,9%) e têxtil (-1,8%).

Para Anton Schwyter, da consultoria Thymos Energia, além do efeito da temperatura, o crescimento do consumo de energia no início deste ano indica uma certa melhoria do ritmo da atividade econômica, porém não na indústria. "De maneira geral, a economia está tendo retomada, menos na indústria, que ainda não está performando como há cinco ou seis anos. Então, esse consumo tem se recuperado mais nos segmentos residencial e comercial", disse o especialista.

Segundo o consultor, se a economia brasileira crescer 2,5% neste ano, o consumo de energia deve avançar cerca de 4%. "Mas isso ainda depende de

muitas variáveis, como aprovação de reformas políticas e econômicas", completou.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	21/02/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Lucro da CSN

O lucro líquido atribuído aos controladores da CSN foi de R\$ 5,074 bilhões em 2018, contra R\$ 10,3 milhões em 2017. O lucro consolidado foi de R\$ 5,2 bilhões, ante R\$ 111 milhões no ano anterior. Em 2018, a receita somou R\$ 22,97 bilhões, alta anual de 24%. Entre os pontos que beneficiaram o lucro está a receita operacional de R\$ 83,3 milhões, ante despesa operacional de R\$ 1,9 bilhão em 2017.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	21/02/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Indenização da Vale

A Vale terá de pagar por pelo menos um ano o valor equivalente a um salário mínimo para cada morador da cidade de Brumadinho (MG) e de outras cidades na calha do rio Paraopeba. O pagamento será um auxílio emergencial para os moradores afetados pelo desmoronamento da barragem de rejeito da mina Córrego do Feijão, em janeiro. O anúncio da definição dos valores foi feito ontem pelo promotor do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, André Sperling, após audiência de conciliação a Vale. Segundo o promotor, além de um salário mínimo para adultos, crianças e adolescentes receberão auxílio, num valor pouco menor. Não existe ainda o número exato de pessoas que receberão o auxílio.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	21/02/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Assis Moreira De Genebra
Título:	Múltis vão discutir medidas para evitar tragédias ambientais

Os presidentes executivos (CEOs) das grandes companhias de mineração internacional vão se reunir na semana que vem em Miami (EUA) para definir medidas "decisivas e apropriadas" globalmente afim de evitar a repetição das tragédias de Brumadinho e Mariana.

O encontro está sendo organizado pelo Conselho Internacional de Minas e Metais (ICMM, na sigla em inglês), que reúne 27 das principais empresas mundiais de mineração e metais, além de 36 associações do setor nacionais e regionais e associações globais de commodities conectando mais de 1.500 companhias. Inclui Rio Tinto, BHP, Vale, Glencore, Anglo American, Codelco, Goldcorp, Freeport-McMoRan, Mitsubishi Materials e Sumitomo.

Ao **Valor**, o CEO do ICMM, Tom Butler, previu que levará algum tempo para as autoridades brasileiras concluírem as investigações sobre as razões da tragédia de Brumadinho e não quer tirar conclusões precipitadas. Mas está claro que "embora precisemos entender a causa da catástrofe para aprender com isso, consideraremos a ação a ser tomada em paralelo".

O executivo reconheceu que a "confiança pública será difícil de reconstruir, e será ganha ou perdida pela maneira como a indústria responde a esse desastre (de Brumadinho) e como mostra às pessoas que está melhorando sua segurança, desempenho ambiental e social". Para Butler, "os próximos passos que os nossos membros decidirem tomar irão destacar a natureza coletiva de abordar questões a nível global".

O ICMM tem como objetivo fortalecer o desempenho ambiental e social do setor. A Vale é membro desde 2017. Cada membro adere a uma série de princípios relacionados a desenvolvimento sustentável. Um deles é sobre governança das instalações de armazenamento de rejeitos (TSFs) para que a indústria metalúrgica e da mineração possa minimizar o risco de rupturas catastróficas nas instalações de rejeitos, como barragens.

Butler conta que os CEOs das companhias de mineração membros do ICMM se falaram imediatamente após a tragédia de Brumadinho, no mês passado, e voltarão a se reunir nos EUA para impulsionar por mudanças e compartilhamento de melhores práticas.

"Falhas nas barragens de rejeitos são eventos de baixa probabilidade mas as consequências podem ser devastadoras"

"Nossa principal preocupação é com a segurança, tanto de instalações de armazenamento de rejeitos quanto de todos os aspectos da mineração", diz ele. O executivo deixa claro que "nada está fora da mesa e uma série de opções será

considerada para melhorar a segurança de instalações de rejeitos em todo o mundo".

Indagado se seria necessário fechar as barragens de rejeitos, Butler executivo respondeu que a maioria das milhares de instalações de rejeitos em todo o mundo são gerenciadas com segurança. "As falhas nas barragens de rejeitos são eventos de baixa probabilidade mas, como vimos, as consequências podem ser devastadoras".

A evidência para a ICMM é que, com duas rupturas de barragem de rejeitos que resultaram em perda de vidas nos últimos anos, a de Mariana e agora a de Brumadinho, "claramente a indústria tem um desafio nessa área e precisamos responder de forma apropriada".

Certos analistas esperam mudança radical na ação coletiva das companhias de mineração.

De seu lado, em Washington, Paulo de Sá, ex-diretor do Banco Mundial para indústrias extrativas (mineração, petróleo e gás) aponta algumas medidas que considera necessárias, como proibição de construção de novas barragens de rejeitos ditas "a montante" e encerramento das existentes num período de dois anos; considerar o impacto da mudança climática na definição dos parâmetros de segurança na construção e operação de barragens de rejeitos; proibição de construção de barragens de rejeitos com áreas urbanas e actividades econômicas importantes a jusante.

Para ele, é preciso privilegiar a construção de "barragens secas" onde a água é descartada e o material compacto reutilizado depois de seco; reduzir o consumo específico de água no processo de tratamento de minério; reforço das agências de regulamentação e supervisão das atividades de mineração, notadamente no que toca aos aspectos ambientais; e criação de um órgão independente para supervisionar a construção e manutenção de todas as barragens de rejeitos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume, David Sheppard e Henry Sanderson | Financial Times, de Londres

Título: Glencore compromete-se a limitar produção de carvão

A Glencore comprometeu-se a estancar sua produção de carvão diante da pressão dos grandes investidores que vêm impelindo as empresas de recursos naturais a ser mais firmes no combate às mudanças climáticas.

O grupo de mineração e comercialização de commodities, comandado por Ivan Glasenberg, informou nesta quarta-feira que vai limitar sua produção de carvão térmico e de coque a cerca de 150 milhões de toneladas por ano, patamar próximo à projeção de produção para 2019, descartando em grande medida a expansão de suas operações no segmento.

A decisão deverá ter repercussões por todo o setor de carvão, porque a empresa vinha se mostrando disposta a expandir a produção desse combustível fóssil, altamente poluente.

Operações de carvão contribuíram com 30% do lucro básico em 12 meses e geraram ao seu caixa bilhões de dólares

A Glencore ainda ficou longe da mineradora rival Rio Tinto, que abandonou completamente o carvão. Vai continuar a operar suas minas, em grande parte na Austrália, e a produzir um carvão de alta produção de energia por pelo menos mais 15 anos - o período em que os principais especialistas acreditam que a demanda pelo combustível vai chegar ao pico.

A decisão faz parte dos planos da Glencore para alinhar seus negócios com as metas do acordo climático de Paris. A empresa também prometeu divulgar novas metas de longo prazo para reduzir suas emissões de gases causadores do efeito estufa e reavaliar sua participação em associações comerciais que defendem o uso de combustíveis fósseis, entre outras medidas.

Embora a Glencore tenha informado que a decisão faz parte de seus compromissos com o Acordo de Paris, a empresa também pode se beneficiar do enfraquecimento dos investimentos de toda a indústria do carvão, que poderia espremer a oferta e elevar a cotação caso a demanda pelo combustível suba acima das previsões.

"A Glencore tinha uma participação de mercado de quase 25% no comércio marítimo em 2018. Também tem posição dominante no segmento de carvão térmico premium", disse Prakash Sharma, diretor de análises da firma de consultoria Wood Mackenzie.

"Nesse sentido, estancar a produção de carvão é significativo, porque os preços poderiam permanecer altos em meio a uma oferta mais limitada. A Glencore

está priorizando o valor em detrimento dos volumes." "Em um cenário de 2 graus [Celsius], a demanda por carvão térmico premium deverá ser forte, em comparação à de outros tipos de carvão. Isso significa que as empresas que tiverem ativos de carvão térmico de alta energia vão estar bem posicionadas para lucrar e vão se beneficiar de cotações mais altas", acrescentou.

As operações de carvão da Glencore contribuíram para cerca de 30% de seu lucro básico nos últimos 12 meses e geraram bilhões de dólares em caixa que foram usados para financiar dividendos e recompras de ações.

Agora, a única circunstância que levaria a Glencore a aumentar sua produção de carvão seria o caso de um parceiro em algum empreendimento conjunto decidir vender a participação e a mineradora ter direito preferencial de compra.

A Igreja Anglicana, que encabeçou a pressão sobre a Glencore com base na Climate Action 100+, uma iniciativa de investidores com mais de 32 trilhões de ativos sob administração contra as mudanças climáticas, destacou que o anúncio da mineradora vai enviar um forte recado para o resto do setor, de que o carvão "não é mais uma parte sustentável de seus portfólios".

Em 2018, as cotações do carvão decolaram, indo a US\$ 115 por tonelada, quase 60% a mais que o ponto de baixa, em 2017

"A Glencore vinha sendo [...] bastante favorável à expansão do carvão. O fato de que tenham concordado em não expandir sua capacidade de produção de carvão envia uma mensagem muito clara", disse Edward Mason, chefe da área de investimentos responsáveis do Church Commissioners for England, órgão que administra os ativos da Igreja Anglicana. "Os investidores agora vão querer que a Glencore cumpra seus compromissos."

A Glencore planeja investir o dinheiro gerado pelas operações de carvão em metais que deverão se beneficiar com a ascensão dos veículos elétricos, das baterias e das fontes renováveis de energia. Entre eles, estão o cobre, cobalto e níquel, mercado nos quais a empresa já está bem posicionada.

O presidente do conselho de administração da mineradora, Tony Hayward, disse que a mineradora está cada vez mais empenhada em manter sua "licença social para operar". "O portfólio de commodities da Glencore permite à empresa ter um papel importante para permitir a transição a uma economia de baixa emissão de carbono", disse.

A indústria de carvão passou a enfrentar pressões sem precedentes nos últimos anos. A maioria dos bancos ocidentais deixou de financiar novas minas de carvão em razão dos receios dos acionistas com o impacto dos combustíveis fósseis nas mudanças climáticas.

Na semana passada, a comercializadora japonesa Itochu Corp. comunicou que não faria mais investimentos no setor de carvão e vendeu sua participação de 12% na mina Rolleston na Austrália, na qual a Glencore também é acionista.

Embora a demanda tenha se estagnado ou começado a cair na maioria dos países desenvolvidos, o consumo mundial subiu mais de 60% nos últimos 20 anos, puxado pela rápida industrialização da China e de outros países emergentes, rendendo bilhões de dólares a empresas como Glencore, BHP Group e Anglo American.

Glaserberg admitiu que a decisão da Glencore pode impulsionar os preços do carvão, diante dos sinais de que a demanda continua em alta, estimulada pelo consumo cada vez maior na Índia, Bangladesh e outros mercados emergentes.

"Isso dever cair bem para a cotação, já [...] que é uma das poucas commodities no mundo em que não há muita nova oferta", disse Glaserberg nesta quarta-feira, depois de a empresa ter anunciado seu balanço anual e um novo programa de recompra de ações de US\$ 2 bilhões.

Em 2018, as cotações do carvão decolaram e chegaram a US\$ 115 por tonelada, quase 60% a mais do que no recente ponto mais baixo, de maio de 2017, após a oferta ficar atrás da demanda na Ásia. Desde então, o preço caiu para cerca de US\$ 90.

O ritmo do crescimento do consumo de carvão, no entanto, desacelerou-se nos últimos anos, em parte porque a China empenhou-se em reduzir a poluição em suas grandes cidades, usando combustíveis mais limpos, como o gás natural.

Isso pode ter tornado a decisão da Glencore mais palatável para a diretoria, caso tenham concluído que o pico da demanda por carvão talvez chegue antes do que se imaginava.

Os investidores institucionais puderam alinhar sus interesses de longo prazo com a meta da Glencore de tornar-se uma defensora da transição energética, mostrando o resultado positivo do engajamento", disse George Cheveley, gerente de carteiras de investimento na equipe de recursos naturais da gestora de recursos Investec Asset Management.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rita Azevedo | De São Paulo****Título: WEG espera manter ritmo de crescimento em 2019**

Depois de um resultado robusto em 2018, com crescimento sustentado da receita no Brasil e no exterior, além de aumento das taxas de retorno, a WEG trabalha com um cenário de continuação da retomada da demanda por equipamentos de ciclo longo e curto, com foco no crescimento nos seus negócios maduros, como equipamentos eletroeletrônicos industriais, motores e transformadores.

Entre as áreas na qual vinha se destacando nos últimos anos, a companhia terá um desafio: o setor eólico. "Nosso 'backlog' termina no começo deste ano", disse André Luís Rodrigues, diretor superintendente administrativo financeiro da companhia, que defende novos leilões voltados para a fonte eólica. Enquanto isso não acontece, a WEG trabalha no piloto da sua nova máquina, que terá 4 megawatts (MW) de potência, uma evolução em relação às atuais, que chegam a no máximo 2,4 MW.

"Pela nossa expectativa, no momento em que os leilões voltarem, com grande demanda por geração eólica, estaremos com a máquina nova pronta a disposição dos investidores", disse.

Ainda assim, as perspectivas da companhia são positivas para este ano. "Vamos crescer, mas com um ritmo menor do que o praticado em 2018", disse. No ano passado, a WEG teve lucro de R\$ 1,33 bilhão, aumento de 17% em relação a 2017. A receita subiu 25,6% no período, para R\$ 11,9 bilhões.

A companhia enxerga uma retomada gradual das encomendas para indústrias de óleo e gás, mineração e papel e celulose, principalmente em negócios no exterior. "Achamos que esses segmentos estão em processo de clara recuperação, temos boas notícias na Índia, nos Estados Unidos. Também temos capacidade de crescer na Europa em taxas melhores que as da economia local", disse. A companhia também aumentou sua capacidade de produção na China. A África do Sul é outro país na qual a WEG está apostando. A receita no exterior deve manter crescimento de dois dígitos, ajudando a compensar a desaceleração do segmento de geração eólica, por exemplo.

No quarto trimestre do ano passado, a WEG obteve lucro de R\$ 335,3 milhões, alta de 12% em comparação com igual período do ano anterior. A receita, na

mesma base de comparação, subiu 16,9% para R\$ 3,1 bilhões. A expansão da receita foi influenciada, sobretudo, pelo aumento de 29,4% no faturamento com o mercado externo. No cenário doméstico, o crescimento foi menos acentuado, de 2,3%.

As perspectivas para o mercado doméstico, no entanto, também são positivas, com os primeiros sinais de retomada de encomendas de equipamentos de ciclo longo no país - aqueles destinados a grandes projetos industriais e de infraestrutura, com margens maiores para as fabricantes. A produção é diferente das dos produtos de ciclo curto, de menor porte e fabricados em série.

O retorno sobre capital investido (Roic) da WEG subiu de 16,6% no último trimestre de 2017 para 17,6% no fim do ano passado, aumento de 1 ponto percentual. Começamos 2018 afirmando que o foco seria em crescimento e no retorno sobre capital investido. Podemos nos dar por satisfeitos, porque entregamos crescimento robusto e retorno 1 ponto percentual maior", disse Rodrigues. Segundo ele, a expectativa da companhia é manter um desempenho bom neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/02/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

África do Sul ajuda estatal

O governo da África do Sul fará o maior resgate de uma empresa da história do país e injetará US\$ 4,8 bilhões para salvar a estatal de energia Eskom. A empresa detém o monopólio do setor de energia e está à beira do colapso, o que vem causando blecautes em todo o país. O resgate será feito ao longo de três anos para estabilizar a dívida de US\$ 30 bilhões da empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: No show

Direto da fonte

Após muitos pedidos, um grupo de mais de 40 investidores – de todos os bancos – foi chamado ontem para audiência **com o ministro das Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque**. Ao chegar, surpresa: foram brindados com uma apresentação institucional dos secretários do ministério.

No show 2

O episódio lembrou, a alguns, que o ministro da Educação, Ricardo Véleiz, chegou a prometer “uma Lava Jato no setor da educação” – mas pelo visto depois esqueceu o assunto e foi cuidar de outros temas. Moral da história, por um dos presentes: cada dia mais, o que parece é que as únicas figuras liberais do governo são... Guedes e Salim Mattar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/02/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Renan Truffi

Título: Estados querem trocar pré-sal por Previdência

Governadores se reúnem com Paulo Guedes e apresentam plano de ficar com R\$ 15 bi, para cobrir rombo nos planos de previdências estaduais

Em troca de apoio à reforma da Previdência, os governadores querem garantir uma parte dos recursos do megaleilão de petróleo do pré-sal, na Bacia de Santos. A estimativa é que a licitação possa render R\$ 100 bilhões ao governo, e os Estados querem garantir R\$ 15 bilhões. A promessa é que os recursos seriam aplicados em fundos emergenciais destinados a cobrir o rombo da Previdência dos Estados. A proposta foi apresentada pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), durante o Fórum dos Governadores. “Nós estamos dispostos a tratar dessa receita que, pela Constituição, parte é dos municípios, parte é dos Estados e parte é da União, para que ela seja carimbada para a solução do problema da Previdência”, disse ele. “Isso é fundamental para ter o apoio dos governadores e dos Estados. Fizemos questão de dizer isso ao ministro da Economia, Paulo Guedes.”

O leilão dos direitos de exploração do excedente da camada pré-sal está travado por causa da revisão da chamada cessão onerosa, acordo fechado em 2010 entre a União e a Petrobrás, que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris sem licitação. A divisão dos recursos do megaleilão com os Estados é mais um dos pedidos feitos pelos governadores para dar apoio à reforma. Como mostrou o Estadão/Broadcast, a lista de pleitos dos Estados inclui também linhas de financiamento, mais repasses da União para compensar isenções dadas a exportadores, alongamento da dívida e novo plano de socorro às

administrações com problemas de caixa, para o pagamento de funcionários e fornecedores.

O governador do Piauí vai coordenar um grupo de trabalho para discutir a criação dos fundos e pretende apresentar uma proposta final no dia 19 de março. Dias foi um dos articuladores da emenda que destina 30% das receitas do Fundo Social do Pré-Sal aos fundos de participação de Estados e municípios. Essa emenda foi apresentada para um projeto de lei sobre a cessão onerosa, aprovado pela Câmara em junho, mas ainda em tramitação no Senado. O projeto de lei da cessão onerosa ficou parado no Senado após um impasse na divisão dos recursos do bônus de assinatura do leilão.

Na época, o ministro Paulo Guedes sinalizou que aceitaria dividir essa receita com Estados e municípios, mas o ex-ministro da Fazenda Eduardo Guardia disse que a proposta violava a emenda do teto de gastos e não poderia ser viabilizada. “Aceitamos que esse dinheiro (bônus de assinatura do leilão dos excedentes da cessão onerosa) possa ser destinado a Previdência e investimentos, depois que resolver o problema da Previdência. Isso chegou a ser debatido e foi apresentado hoje (ontem)”, afirmou. Os fundos emergenciais seriam abastecidos com dinheiro de diversas fontes. Além do bônus de assinatura do leilão da cessão onerosa, paga por petroleiras no ato da compra, os fundos receberiam, também, recursos da comercialização dos barris de petróleo do pré-sal, oriundas da exploração das áreas ao longo dos anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto

Título: Vale pagará auxílio a todos os moradores de Brumadinho

Acordo entre mineradora, Promotoria e vítimas foi fechado ontem; ajuda financeira é de um salário mínimo a cada adulto, por um ano

Quase um mês após o colapso da barragem em Brumadinho (MG), a Vale concordou ontem com parte das propostas de Ministério Público (MP), representantes de atingidos pela tragédia e governo. Outras duas tentativas de acordo haviam fracassado, nos dias 6 e 13. Pela negociação, a empresa pagará auxílio emergencial, por um ano, a todos os moradores da cidade. O desastre tinha, até ontem, 171 mortos e 139 desaparecidos. O valor do auxílio será de R\$ 998 mensais (um salário mínimo) por adulto, R\$ 499 (meio salário mínimo) por adolescente e R\$ 249 (um quarto de salário mínimo) por criança. O município tem cerca de 39 mil habitantes, conforme o dado mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo os MPs Federal e Estadual, o acerto só foi possível por intervenção da Justiça. Os valores são retroativos a 25 de janeiro, quando ruiu a barragem. Mas não há data para o início dos pagamentos, o que depende de cadastramento. Segundo o MP Federal, o acordo envolve ainda moradores que vivem às margens, até 1 quilômetro, do leito do Rio Paraopeba, poluído pelos rejeitos. Esse acordo vale até a cidade de Pompéu (a cerca de 200 quilômetros de Brumadinho), área onde o rio atinge o reservatório da hidrelétrica de Três Marias, região central do Estado. O acordo inicial previa 40 cláusulas. Conforme o promotor André Sperling, os outros pontos continuarão sendo discutidos. Para o representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, Joceli Andreoli, “a Vale teve de ceder”.

Diretor jurídico da Vale, Alexandre D’Ambrósio negou que a empresa tenha sofrido pressão do juiz para fechar o acordo de hoje. “Sairia de qualquer forma”, afirmou. “Não foi uma imposição.” As audiências foram realizadas na 6.ª Vara da Fazenda Pública, em Belo Horizonte. Houve protesto na porta do prédio durante a reunião. Desabrigados. Cerca de 125 moradores de regiões próximas a uma barragem da Vale em Nova Lima, na Grande BH, e quatro em Ouro Preto, região central do Estado, foram retirados de casa ontem por risco de rompimento das represas. O nível de segurança das estruturas foi elevado para 2, o que demanda a imediata evacuação.

Em 12 dias, sobe para cinco o número de comunidades próximas a barragens de minério no Estado cuja população teve de ser retirada de casa. As outras ficam também em Nova Lima, Barão de Cocais e Itatiaiaçu. A mineradora informou que a desocupação ocorre nas zonas de autossalvamento – áreas mais rapidamente atingidas pela lama em caso de ruptura de barragens. Segundo a Vale, a medida dá continuidade ao descomissionamento (desativação e retirada de rejeitos) do reservatório de Nova Lima. Já as barragens de Ouro Preto, acrescenta a Vale, estão inativos e também serão descomissionados. A empresa ainda disse que dá ampla assistência aos moradores. /COLABOROU RENATA BATISTA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/02/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Recuperação dos lucros é condição para investir

Está em curso a recuperação dos resultados das companhias abertas, mas estas ainda investem pouco, segundo a última nota do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec) da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe-USP). A falta de investimentos é o indicador mais negativo do estudo, que contém

dados até setembro de 2018. Cabe lembrar que a ocorrência de lucros crescentes é fator decisivo para permitir a renovação ou ampliação dos dispêndios em tecnologia, sistemas de software, máquinas e equipamentos, entre os diversos gastos de investimento das companhias. Em 12 meses, até setembro passado, a análise de 240 empresas não financeiras de capital aberto registrou retorno de 10,1%, muito superior ao de 5,8% observado em 2017.

Excluindo da amostra as companhias Petrobrás, Eletrobrás e Vale, o retorno aumentou de 7,2% em 2017 para 12,4% nos 12 meses até setembro. A Nota Cemec 02/2019 informa que o custo de capital próprio também caiu, mas ainda é alto. Mais importante é que, nos 12 meses até setembro de 2018, 60,2% das empresas da amostra conseguiram gerar uma taxa de retorno do capital próprio superior à rentabilidade oferecida por títulos públicos líquida de Imposto de Renda. Esta é uma condição “mais favorável à indução de investimentos”. Das companhias avaliadas, 127 estavam nessa situação em 2016, número que evoluiu para 180 empresas na última avaliação. Para enfrentar o desafio de retomar investimentos é preciso superar obstáculos. Um deles é o alto nível de ociosidade visível em vários setores da economia.

Ainda mais grave é a situação fiscal, que ficará indefinida até a aprovação da reforma da Previdência. A indefinição, notou o diretor do Cemec, professor Carlos Antonio Rocca, afeta os planos das empresas de investir em ativos fixos, caracterizados pela falta de liquidez e pelo longo prazo de maturação. A volta dos investimentos depende, portanto, da aprovação das reformas prometidas pelo novo governo. A recuperação lenta dos investimentos não ocorre apenas nas companhias pesquisadas pelo Cemec. Em 2016, segundo a nota, a taxa de investimento do País era de apenas 15% do Produto Interno Bruto (PIB). E, nos 12 meses até setembro passado, atingiu 15,6%. As famílias e empresas investem mais, enquanto o setor público reduz os investimentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/02/2019

Seção: Opinião

Autor: Matias Spektor

Título: Lama radioativa

Professor de relações internacionais na FGV. Escreve às quintas

Quando Brumadinho expôs ao mundo a má governança do sistema de barragens, uma luz de alerta acendeu no programa nuclear brasileiro.

Em Poços de Caldas (MG), uma velha mina de urânio acumula milhares de toneladas de rejeitos radioativos. Segundo estudo da Universidade Federal de

Ouro Preto, encomendado após a ocorrência de um “evento não usual”, em setembro de 2018, o sistema extravasor da barragem comparte dos rejeitos está seriamente comprometido e há infiltração, aumentando o risco de ruptura.

Estima-se que uma resolução definitiva para o problema desses rejeitos custaria US\$ 500 milhões ao longo dos próximos 40 anos. Não vai acontecer.

Os problemas em Poços são bem conhecidos. Enquanto a mina esteve em operação (1982-1995), produziu concentrado de urânio para ser usado no combustível de Angra 1, em pesquisas no setor nuclear e num esquema de comércio compensado junto ao Iraque. Mas, quando as atividades na mina foram encerradas, não houve descontaminação das áreas exploradas nem foram seguidos os padrões que garantiriam a preservação ambiental e a segurança das populações afetadas.

Segundo a Agência Nacional de Mineração, até pouco tempo faltavam documentos técnicos que poderiam atestar segurança das barragens existentes, cuja responsabilidade está com a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB). No início de fevereiro, o MPF recomendou a criação de um plano emergencial.

Poços não representa o único desafio da mineração de urânio no Brasil. Incidentes com materiais radioativos já ocorreram na operação do complexo minerador industrial de Lagoa Real, em Caetité (BA), nos anos de 2000, 2002, 2004 e 2009, segundo dados oficiais.

Tais problemas de gestão golpeiam em cheio o programa nuclear brasileiro. Afinal, para destravar o potencial da área são necessários investimentos pesados em infraestrutura. Acontece que nenhum investidor confia num sistema que, por falhas evitáveis, corre risco de terminar num mar de lama radioativa.

O governo federal vem trabalhando há mais de ano para estabelecer novo marco regulatório para o setor nuclear. A ideia é criar as condições para que o investimento privado possa destravar a construção da usina de Angra 3 e expandir a mineração de urânio para estados como Amazonas, Ceará, Goiás, Tocantins, Pará, Paraíba e Paraná.

Esse trabalho importante de melhoria no marco regulatório do setor nuclear ficará soterrado se houver qualquer acidente ambiental com material radioativo. Seria um custo excessivamente alto para a sociedade brasileira, que subsidia o setor nuclear a peso de ouro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 21/02/2019****Seção: Poder****Autor: Wálter Nunes****Título: OAS fez braço na Áustria para escoar propina ao MDB, dizem delatores**

Segundo ex-funcionários, empresa ajudava francesa que atuava em Angra 3 a honrar pagamentos a políticos

São Paulo- A OAS fez uma parceria com uma gigante francesa do setor de energia nuclear para intermediar a propina que a multinacional europeia tinha que pagar no Brasil a políticos do MDB, segundo ex-executivos da empreiteira que assinaram acordo de delação premiada na Lava-Jato.

Segundo os depoimentos de ao menos dois delatores, a operação também funcionou para subornar altos funcionários públicos da Eletronuclear, estatal responsável por operar e construir usinas termoeletricas no Brasil.

Os ex-funcionários da Controladoria, nome dado ao setor responsável pelo caixa dois e os pagamentos de propina da empresa baiana, relataram cerca de 240 episódios de corrupção envolvendo a OAS. A delação premiada desses executivos foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Os delatores disseram que, em 2013, o grupo baiano montou uma empresa de logística em Viena, na Áustria, com o objetivo de auxiliar a Areva, empresa francesa do setor de energia nuclear, no pagamento de propina a políticos do MDB e funcionários públicos brasileiros ligados às obras da usina de Angra 3.

A Areva, que no ano passado foi vendida e hoje se chama Framatome, assinou, em 2013, um contrato de 1,25 bilhão de euros (R\$ 5,23 bilhões) para fornecer equipamentos e serviços de engenharia, além de instrumentação digital e sistema de controle para a usina.

Até então a construção de Angra 3, iniciada no final dos anos 1980, estava parada. Em 2010, o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) resolveu retomar as obras e, em vez de fazer novas licitações para a retomada das atividades, optou por “atualizar” os contratos feitos em 1983, no governo de João Figueiredo. A Areva ficou responsável pelo fornecimento de tecnologia da usina, como reatores nucleares.

Segundo os delatores da OAS, em Angra 3 se repetiu o esquema de divisão de propinas que era usado nos contratos feitos com a Petrobras. Do valor de cada obra era descontado 5% para pagamento de suborno. Metade ia para políticos do MDB e metade para a “casa”, ou seja, funcionários da estatal Eletronuclear.

Os delatores não nomearam os políticos e funcionários públicos que receberam o suborno, mas apontaram o nome de um operador do MDB que era responsável pela intermediação. A Folha não conseguiu confirmar a identidade desse operador.

Segundo os depoimentos, a companhia francesa não estava recebendo pelos serviços prestados na obra da usina justamente porque estava com dificuldades em gerar caixa dois para honrar o compromisso com os agentes públicos corruptos.

O problema da Areva, segundo os colaboradores da Lava Jato, começou a ser solucionado quando os executivos da OAS conheceram um lobista franco-argentino chamado Nuno, que dizia representar os interesses da companhia francesa.

Nuno teria relatado as dificuldades da empresa em Angra3 e pediu para ser apresentado ao diretor responsável pela área de energia na OAS. O contato foi feito e ficou decidido que a companhia baiana criaria uma filial na Áustria exclusivamente para prestar serviços à Areva.

Em 2013, então, foi fundada a OAS Energy, que, segundo os delatores, imediatamente assinou um contrato superfaturado com a Areva para fornecimento do serviço de logística para a empresa francesa, que precisava enviar peças e reatores ao Brasil.

O contrato foi superfaturado e ultrapassou 116 milhões de euros. O serviço de entrega do material para as obras de Angra 3 foi realizado pela OAS Energy, mas, segundo os delatores, pelo menos metade do valor pago no contrato virou caixa dois para pagamento de propina.

A empreiteira recebeu esse pagamento na Europa e posteriormente doleiros que prestavam serviços à OAS foram acionados para distribuir a propina no Brasil. Os delatores dizem que os pagamentos de suborno aconteceram a partir de 2013, no governo da presidente Dilma Rousseff (PT).

Para a OAS, esse negócio era vantajoso porque, além de lucrar com a operação, a companhia baiana fazia caixa dois na Europa para pagar agentes corruptos de países africanos em que a empreiteira atuava.

A Lava Jato já havia avançado sobre ex-dirigentes da Eletronuclear. O almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, que presidiu a estatal entre 2005 e 2015, foi preso duas vezes na operação e hoje está condenado a 43 anos de prisão após ser acusado de pelos crimes de lavagem de dinheiro, embaraço a investigações, evasão de divisas, corrupção e organização criminosa.

Segundo a Procuradoria, Othon recebeu R\$ 4,5 milhões em propinas por conta de contratos com as empreiteiras Andrade Gutierrez e Engevix para a construção da usina nuclear Angra 3.

Empresas afirmam desconhecer os depoimentos

OUTRO LADO

Em nota, a Eramatome, novo nome da Areva, “confirma que um contrato entre a Areva NP e a OAS Energy foi firmado em outubro de 2013”. “Em função da reorganização do setor nuclear francês, a maioria dos ativos da Areva NP, incluindo o referido contrato, foi transferida para a Framatome no final de dezembro de 2017. A Framatome não tem conhecimento de nenhuma investigação sobre o referido contrato”, diz a mensagem.

A OAS disse que tem contribuído com as autoridades competentes e com a Justiça, prestando todos os esclarecimentos. “Entretanto, não temos conhecimento ou qualquer relação com depoimentos de ex-executivos da companhia”, diz o informe.

A Eletronuclear disse, em nota, que numa investigação independente foram registrados ajustes relacionados a atos ilícitos praticados.

“Os executivos da Eletronuclear apontados na Operação Lava Jato como integrantes do esquema de corrupção na construção de Angra 3 foram imediatamente afastados da companhia e foram propostas pelo Ministério Público as respectivas ações penais para apuração de crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, que ainda se encontram em andamento” diz.

“As obras relacionadas à construção da usina foram imediatamente interrompidas, com a suspensão dos respectivos contratos”, completa.

O diretório nacional do MDB não quis se manifestar.

Colaborou Tais Hirata

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/02/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO Enviada especial

Título: Nas instalações da Vale, corpos ainda esperam resgate na lama

Na linha de ruptura da barragem, estrutura foi a primeira a ser atingida pela onda de rejeitos de mineração em Brumadinho

O espelho emoldurado pela frase “veja quem é responsável pela sua segurança” não reflete mais a face dos empregados da Vale que costumavam usá-lo.

Ele permanece na parede do banheiro masculino da ITM, uma colossal estrutura para britar rochas, logo ao lado da barragem da Vale em Córrego do Feijão, rompida em 25 de janeiro.

A estrutura foi a primeira da mina a ser atingida pelo tsunami de rejeito do reservatório, a poucos metros de distância dali. Hoje, testemunha em frangalhos de concreto e aço as consequências da decisão da Vale de colocar trabalhadores na linha de ruptura de uma barragem de rejeito.

Quem estava na parte superior, onde fica o banheiro, acima da rota dos detritos, teve chance de escapar. Os que estavam abaixo, como diz o espelho, só puderam mesmo contar com si próprios.

Os corpos deles jazem nos destroços, num emaranhado de lama enrijecida, rocha e concreto. Alguns estão entre os trabalhadores da mineradora ainda desaparecidos.

A ITM, um complexo industrial que transformava minério em pedrinhas, de tão colossal, suportou parte do impacto, em suas áreas acima do tsunami.

Agora, os bombeiros usam as mesmas máquinas, algumas da altura de prédios de dois andares e que antes trabalhavam na mina, para buscar aqueles que não tiveram chance alguma contra a lama.

“ONDADEROCHA”

Pela posição de objetos já localizados, “dá para perceber que eles tentaram correr”, lamenta um bombeiro que atua no resgate. Os trabalhadores da mineradora que estavam ali tiveram cerca de dez segundos para fugir, estima o tenente-coronel dos Bombeiros de Minas Gerais Anderson Passos, que comanda as operações em Córrego do Feijão. Dez segundos para escapar de uma onda de rocha a cerca de 80 km/h.

Com depósitos de gás e outros materiais perigosos e na boca escancarada da barragem ainda com rejeito instável, a ITM é um dos lugares de maior risco para os bombeiros, que desde as primeiras horas após a tragédia têm trabalhado sem cessar para que as famílias tenham ao menos os corpos de seus parentes de volta.

Os bombeiros arriscam as vidas, mas a lama não liberta com facilidade aqueles que engole.

Nos últimos dias resgataram um soldador, identificado pelo uniforme. Mas o corpo de um homem encontrado num dos andares inferiores da ITM ainda não pode ser retirado devido à dificuldade de libertá-lo dos restos da estrutura onde a lama o lançou.

Escuros, os andares inferiores que estão de pé se tornaram masmorras para os que ali estavam na hora em que a barragem 1 se rompeu. A parte que sobreviveu desemboca no emaranhado de metal retorcido da seção atingida. Ali está o rapaz localizado. Na frente da estrutura, onde são usadas máquinas pesadas, os bombeiros estimam que estejam cerca de 15 corpos. Uma mochila, que teve a localização marcada, parece ser o indício de que seu dono não está longe dali. Acima da zona de busca, na alquebrada administração da ITM, uma janela de escritório dá vista agora para a destruição. Mostra as entranhas da barragem de rejeito. A lama entrou pela janela. Cobriu mesas e cadeiras. O único movimento é o do vento, que levanta uma persiana em frangalhos. Há buracos nas paredes, abertos por blocos de rocha ejetados como balas de canhão.

Numa mesa cheia de lama ainda está um DVD intitulado “Sucatazero, segurança 10”. Capacetes, óculos de proteção estão por toda parte. Numa parede borrada de lama se lê num cartaz em vermelho “Telefone de emergência — em caso de acidente ligar imediatamente (sublinhado)” e os números seguem abaixo. O telefone continua intocado ao lado. Com a lama entrando pela janela, não houve tempo para ligações telefônicas. Algumas salas se tornaram ilhas quase intactas dependuradas sobre um mar de devastação.

PORTA FECHADA

Não há mais quem possa respeitar o pedido de “favor manter a porta fechada” pregado na saída de uma delas. Talvez, por ali, tenham escapado aqueles que puderam contar com a sorte e os milagres. Os únicos elementos capazes de salvar aqueles que estão nas chamadas zonas de autos-salvamento — isto é, junto a barragens — como disse sobre essas áreas Carlos Barreira Martinez, especialista em segurança de barragens e professor das universidades federais de Itajubá e de Minas Gerais.

Nesta semana, o governo federal proibiu estruturas como a da Mina do Vale de Córrego do Feijão. Tarde demais para aqueles que não puderam deixar a ITM e lá estão, sepultados pela lama de mineração.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/02/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Mineradora e MP fecham acordo para pagamento emergencial a vítimas**

A Vale, representantes dos atingidos por barragens e o Ministério Público fecharam ontem, na Justiça, um Termo de Acordo Preliminar em favor dos moradores atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho.

Segundo o procurador Edmundo Antônio Dias, os valores negociados foram estabelecidos em R\$ 1.000 por adulto a toda a população de Brumadinho, 50% do salário mínimo para adolescentes e 25% e para cada criança. Segundo o MP, o pagamento será feito mensalmente por, no mínimo, um ano. O Movimento dos Atingidos por Barragens queria que a ajuda fosse paga por período indeterminado.

O acordo também contempla quem mora em faixa de aproximadamente 1 quilômetro do rio Paraopeba, entre Brumadinho e a Hidrelétrica Retiro Baixo. Os atingidos serão cadastrados por uma empresa que será contratada.

Esta foi a quarta audiência entre representantes do poder público e a Vale. Moradores de várias comunidades foram ao Fórum Cível de Belo Horizonte para tentar participar da reunião e reclamaram porque o juiz só permitiu a entrada de três participantes.

O acordo foi focado na questão da ajuda financeira das famílias atingidas. Segundo o diretor jurídico da Vale, Alexandre D'Ambrósio, os pontos acordados foram os emergenciais. Ele disse que as conversas não foram encerradas e disse que espera começar a construir um acordo definitivo. Haverá uma audiência para outras questões em 7 de março. (Com informações do G1)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/02/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: 125 moradores retirados de casa**

Cerca de 125 moradores de regiões próximas a barragens da Vale em Ouro Preto e Nova Lima, em Minas Gerais, começaram ontem a ser retirados de casa devido ao risco de rompimento de represas que acumulam rejeitos de minério. A providência foi adotada depois que o grau de segurança das barragens foi elevado para o nível 2, que indica a necessidade de evacuação imediata da

população das proximidades.

Com isso, subiu para quatro o número de comunidades próximas a barragens cuja população teve de ser retirada de casa. Em Nova Lima, moradores próximos de outra represa já sido removidos. Outro caso desse tipo ocorreu em Barão de Cocais.

As remoções iniciadas ontem em Nova Lima abrangem moradores de 33 domicílios, com cerca de 100 pessoas. A região afetada fica a 52 quilômetros da sede da cidade. Em Ouro Preto, foram retirados cerca de 25 moradores da área rural da cidade.

A Vale informou que a desocupação está sendo feita na Zona de Autossalvamento (ZAS) das barragens Vargem Grande, em Nova Lima (MG), e Forquilha I, II e III, na Mina Fábrica, em Ouro Preto (MG). As Zonas de Autossalvamento (ZAS) são aquelas que, de acordo com os especialistas, são mais rapidamente atingidas pela lama em caso de rompimento de barragens.

Desde a tragédia de Brumadinho, que caminha para deixar mais de 300 mortos, a empresa já removeu, com o auxílio da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, moradores e empresas de áreas de cinco barragens. Restam três das oito que figuram como de maior risco: Menezes II, em Brumadinho, e Capitão do Mato e Taquaras, em Nova Lima.

De acordo com a Vale, não houve alteração nos parâmetros geotécnicos de nenhuma das estruturas, mas a decisão envolve outros fatores além dos riscos de morte em caso de rompimento. Do ponto de vista legal e regulatório, empresas responsáveis pela certificação das barragens, como a própria TÜV Süd, que atuava em Córrego do Feijão, estão se recusando a auditar as barragens, o que aumenta o risco para a empresa e seus gestores.

No último domingo, a Vale informou que fará a remoção de pessoas ou evacuação emergencial imediatamente, caso haja necessidade. Até agora, a empresa também não informou qual será o procedimento de indenização ou compra das propriedades nessas regiões, onde também funcionam pousadas e estabelecimentos comerciais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Amauri Segalla

Título: Amazon aposta em carros elétricos

Mercado S/A

Enquanto a indústria automobilística tradicional sofre com as transformações da sociedade, as empresas mais inovadoras do mundo correm para fabricar o que os novos consumidores procuram. Líder global no comércio eletrônico, a Amazon aposta suas fichas em carros elétricos. Por meio de uma parceria com a startup Rivian Automotive, a gigante de Jeff Bezos (foto) receberá US\$ 700 milhões em uma rodada de investimentos. Os aportes permitirão à empresa desenvolver seus dois primeiros modelos movidos a bateria: a picape R1T e o SUV R1S. Ambos terão autonomia de 650 quilômetros e poderão ser recarregados em 20 minutos. Segundo a Amazon, os carros devem chegar às concessionárias em 2020. A Rivian emprega 750 funcionários em três centros de desenvolvimento nos Estados Unidos e um no Reino Unido. Na semana passada, outra startup de carros autônomos, a Aurora, já havia anunciado que a Amazon se juntou a investidores como a petrolífera Shell para levantar mais de US\$ 530 milhões em financiamentos.

MME / ASCOM .